

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023**

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

No período em questão, a Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. continua a desempenhar um papel significativo no cenário de instituições financeiras e de pagamento, com foco na gestão responsável e na prestação de serviços de alta qualidade aos nossos clientes.

Neste semestre, nossos principais indicadores financeiros foram cuidadosamente monitorados das regulamentações e diretrizes do BACEN. Nosso principal ativo continua sendo representado pelo saldo a receber dos emissores de cartões, que totalizou R\$ 164,3 milhões no final do exercício. Esse montante está diretamente relacionado ao volume de Transações Processadas (TPV), que atingiu R\$ 1,9 bilhão.

Em conformidade com as disposições regulatórias cláusulas nas Resoluções nº 4.557/17 e 4.968/21 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. mantém uma estrutura sólida de gerenciamento de riscos e gestão de riscos capital. Nossa abordagem rigorosa visa mitigar riscos, garantir a solidez financeira e cumprir todas as obrigações regulatórias.

Em resumo, o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresentou desafios financeiros, mas nossa empresa continua comprometida com a excelência operacional, o gerenciamento responsável e a conformidade com as regulamentações do setor. Agradecemos à equipe da KPMG Auditores Independentes Ltda. na auditoria de nossas demonstrações contábeis.

São Paulo, 27 de maio de 2024.
A DIRETORIA



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial da receita de transações de pagamento da entidade é decorrente da operação de captura de transações de pagamento realizadas pela parte relacionada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o semestre e exercício findos nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de maio de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

Acqio Instituição de Pagamento S.A.**Balanco Patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		183.561	246.144
Disponibilidades	3	1.924	4.494
Instrumentos financeiros		171.112	237.456
Títulos e valores mobiliários	4	6.289	11.208
Transações a receber de emissores	5	164.311	223.919
Contas a receber		512	2.329
Outros ativos		10.525	4.194
Impostos a recuperar	6	1.236	898
Outros créditos	7	9.289	3.296
Realizável a longo prazo e Permanente		1.103	1.413
Imobilizado de uso		3	6
Imobilizado		14	14
Depreciação acumulada		(11)	(8)
Intangível	8	1.100	1.407
Ativos intangíveis		1.962	1.880
Amortização acumulada		(862)	(473)
Total do ativo		184.664	247.557
Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		178.551	241.082
Passivos financeiros		170.201	234.416
Contas a pagar estabelecimentos	9	52.354	45.695
Empréstimos	10	749	681
Obrigações com FIDC	11	117.098	188.040
Outros Passivos		8.350	6.666
Tributos e contribuições sociais	12	2.808	663
Outros passivos	13	5.542	6.003
Exigível a longo prazo		452	1.055
Empréstimos	10	402	1.055
Provisões	14	50	-
Total do passivo		179.003	242.137
Patrimônio líquido		5.661	5.420
Capital social	15	21.929	21.929
Prejuízo acumulado		(16.268)	(16.509)
Total do passivo e patrimônio líquido		184.664	247.557

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2º sem. 2023	Exercícios	
			31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços de transações de pagamentos	16	7.708	13.787	11.441
Receita de antecipação	16	11.598	24.014	36.769
Custo dos serviços prestados	17	(3.817)	(7.789)	(9.084)
Resultado líquido		15.489	30.012	39.126
Despesas de pessoal	18	(3.375)	(5.400)	(1.895)
Despesas administrativas	19	(3.357)	(5.127)	(4.662)
Depreciação e amortização	20	(198)	(392)	(348)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		303	307	1.131
Resultado operacional		8.862	19.400	33.352
Receitas financeiras		2.823	3.093	231
Despesas financeiras		(10.020)	(21.833)	(39.796)
Resultado financeiro, líquido	21	(7.197)	(18.740)	(39.565)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		1.665	660	(6.213)
IRPJ/CSLL		(419)	(419)	-
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício		1.246	241	(6.213)
Lucro (prejuízo) por ação		0,06	0,01	(0,28)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	2º sem. 2023	Exercícios	
		31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do período/exercício	1.246	241	(6.213)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	1.246	241	(6.213)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	21.929	(10.296)	11.633
Prejuízo do exercício	-	(6.213)	(6.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.929	(16.509)	5.420
Saldos em 30 de junho de 2023	21.929	(17.514)	4.415
Lucro do semestre	-	1.246	1.246
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.929	(16.268)	5.661
Saldos em 1º de janeiro de 2023	21.929	(16.509)	5.420
Lucro do exercício	-	241	241
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.929	(16.268)	5.661
Mutação do exercício	-	241	241

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	2º sem. 2023	Exercícios	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do período/exercício	1.246	241	(6.213)
Depreciação e amortização	197	392	348
Provisão para contingências	50	50	-
Reversão de provisões	-	(239)	-
Juros sobre empréstimos	30	177	307
	(7.352)	50.854	(100.830)
Decréscimo (acréscimo) de ativos			
Instrumentos financeiros	5.098	4.919	(4.839)
Contas a receber de emissores	(8.275)	59.607	(90.238)
Contas a receber de clientes	36	2.056	(2.719)
Tributos a recuperar	(310)	(338)	(772)
Outros créditos	(3.901)	(15.390)	(2.262)
	(6.911)	(62.598)	105.515
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores	-	-	124
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	41
Tributos a recolher	2.334	2.145	348
Contas a pagar de estabelecimentos	(4.558)	6.659	33.784
Obrigações com FIDC	(8.400)	(70.941)	67.244
Partes relacionadas	3.713	(461)	3.974
	(12.740)	(11.123)	(873)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de intangível	-	(82)	(572)
	-	(82)	(572)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos			
Empréstimos	375	375	2.042
Juros pagos	(143)	(263)	(159)
Pagamento principal	(534)	(874)	(454)
Mútuo com empresa ligada	9.397	9.397	-
	9.095	8.635	1.429
Caixa líquido gerado nas atividades financiamento			
	(3.645)	(2.570)	(16)
Varição de caixa e equivalente de caixa			
Saldo no início do semestre/dos exercícios	5.569	4.494	4.510
Saldo no final do semestre/dos exercícios	1.924	1.924	4.494
Varição de caixa e equivalente de caixa	(3.645)	(2.570)	(16)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Acqio IP”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e constituída em 19 de março de 2019. A Companhia tem como objeto social (i) a exploração da atividade de instituição de pagamento credenciadora que, nos termos da Lei nº 12.865/2013 e da Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, consiste em (a) habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento e (b) participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento; (ii) administração dos pagamentos e recebimentos à rede de credenciados, mediante captura, transmissão, processamento de dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios eletrônicos de pagamento; (iii) prestação de serviços de tecnologia na área de meios eletrônicos de pagamento; e (iv) aquisição de direitos creditórios.

Em 08 de dezembro de 2022, a Companhia obteve seu deferimento de autorização junto ao Banco Central a funcionar como Instituição de Pagamento, na modalidade credenciador nos termos da Resolução BCB nº 8, de 25 de março de 2021.

No segundo semestre de 2023 a Acqio passou por uma reestruturação operacional onde passou a transacionar diretamente com os estabelecimentos comerciais e não mais através da subadquirente Esfera 5, essa reestruturação visou trazer para a Companhia maior independência operacional e jurídica entre a Acqio IP e a Esfera 5.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e políticas materiais contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN. A apresentação dessas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

2.2 Base de elaboração

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas para contingências.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BACEN nº 120 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da administração em 23 de maio de 2024.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e serviços.

Receita de adquirência (captura de transações)

A receita é medida com base no *Total Payment Value* (TPV) por estabelecimento comercial. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são reconhecidas ao resultado no momento da aprovação da compra pela instituição financeira. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

Receita de antecipação

A receita de antecipação é reconhecida com base no controle mensal das antecipações executadas aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é auferida conforme taxa de deságio negociada e aplicada junto aos estabelecimentos comerciais. A receita é decorrente da solicitação dos estabelecimentos comerciais de antecipação de pagamento do seu saldo a receber junto a Companhia de acordo com as transações capturadas que, por sua vez, possuem prazos prefixados.

2.4. Tributação

Impostos sobre vendas e prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Impostos e contribuições	Alíquota
<i>Receitas de antecipação de recebíveis e demais receitas financeiras</i>	
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%
<i>Demais receitas operacionais</i>	
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,00%

As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) à alíquota de 15% acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 9%, os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, e 2022 tendo por base o regime do “lucro real”.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(I) Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(II) Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(III) Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

A Companhia não possui títulos classificados nas categorias descritas nos itens (II) e (III). Não houve reclassificações entre categorias no período.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia referem-se, substancialmente, a recursos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2.7. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. Os ativos e passivos são convertidos (quando existentes em moeda diversa) para o Real.

2.8. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

2.11. Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 - Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

2.12. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido de amortização acumulada.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos direitos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.13. Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento

2.14. Novos pronunciamentos contábeis

A Resolução BCB nº 178/2022 dispõe sobre as operações de arrendamento mercantil contratadas pelas instituições de pagamento que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 219/2022 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros (ativos e passivos financeiros), bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*. A referida Resolução substitui, entre outras normas, a Resolução CMN nº 2.682/1999, a Circular BACEN nº 3.068/2001 e a Circular BACEN nº 3.833/2017.

A Resolução estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e em uma das três categorias:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; e
- Valor justo por meio do resultado - VJR.

Com relação à perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, a Resolução BCB nº 219/2022 estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada a partir do reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

O BACEN emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem o teste de “somente pagamento do principal e juros” (SPPJ) para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa efetiva de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos das perdas estimadas associadas ao risco de crédito, prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Resolução BCB nº 219/2022 será aplicada de maneira prospectiva tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Em 30 de junho de 2023 a Companhia deixou à disposição do BACEN o plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução devidamente aprovado pela Diretoria.

2.15. Resultado Recorrente e não Recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Companhia. A Companhia não apresenta resultados não recorrentes no exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.16. Contas a receber

Corresponde principalmente aos valores a receber dos emissores resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão de crédito, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia.

2.17. Contas a pagar estabelecimentos

São relativas às obrigações de pagar os estabelecimentos comerciais credenciados e incluem os valores transacionados como a utilização de cartões de crédito para compra de produtos e/ou serviços.

2.18. Cessão de Recebíveis

São registrados os montantes referentes às obrigações decorrentes de transações cedidas, estas cessões foram contabilizadas de acordo com a resolução nº 3.533/08 do CMN que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, onde o usuário é o cedente e a Acqio é classificada como intermediadora, representante dos cedentes e devedora dos direitos creditórios levando em consideração que a Companhia opera como uma instituição de pagamento e atua em conformidade com o art. 1 do Decreto 22.626/33.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Em moeda nacional	1.724	2.489
Em moeda estrangeira	200	219
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1.786
	<u>1.924</u>	<u>4.494</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

4. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023					
	Faixas de vencimento					
	Valor contábil	Valor de mercado	Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos disponível pra venda						
FIDC 2.1 (**)	5.646	5.646	-	-	-	5.646
Títulos para negociação						
Certificados de depósitos bancários	643	643	-	-	643	-
	6.289	6.289	-	-	643	5.646

	31/12/2022					
	Faixas de vencimento					
	Valor contábil	Valor de mercado	Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos disponível pra venda						
FIDC 1.5 (*)	6.243	6.243	-	-	-	6.243
FIDC 2.1 (**)	4.965	4.965	-	-	-	4.965
	11.208	11.208	-	-	-	11.208

(*) Refere-se à participação na cotas subordinadas no ACQIO 1.5 FIDC.

(**) Refere-se à participação na cotas subordinadas no TMAQ21 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

5. Transações a receber de emissores

	31/12/2023	31/12/2022
Transações a receber de emissores	164.311	223.919
	164.311	223.919

A abertura do saldo a receber por bandeira é como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
MasterCard	85.001	116.753
Elo	12.796	15.437
Visa	65.826	91.425
Amex	688	304
	164.311	223.919

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

O prazo do saldo a vencer é como se segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Entre 1 e 30 dias	108.219	120.111
Entre 31 e 60 dias	19.900	14.291
Entre 61 e 90 dias	11.367	8.472
Acima de 90 dias	24.825	81.045
	<u>164.311</u>	<u>223.919</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF	321	-
IRPJ	677	660
CSLL	238	238
	<u>1.236</u>	<u>898</u>

7. Outros créditos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Sociedades ligadas	4.365	-
Despesas antecipadas	2.674	2.480
Garantia MasterCard	531	546
Garantia Amex	19	19
Garantia Visa	1.205	-
Outros	495	251
	<u>9.289</u>	<u>3.296</u>

8. Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada abaixo:

	<u>2023</u>			<u>2022</u>			
	Taxa de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em uso							
Direito a uso de software	20	1.962	(862)	1.100	1.880	(473)	1.407
Total		<u>1.962</u>	<u>(862)</u>	<u>1.100</u>	<u>1.880</u>	<u>(473)</u>	<u>1.407</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

A movimentação do intangível dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está apresentada abaixo:

	Direito a uso de software
Em 31 de dezembro de 2022	
Saldo inicial	1.180
Custo	
Adições	572
Amortização	
Adições	(345)
Valor contábil	1.407
Em 31 de dezembro de 2022	
Custo	1.880
Amortização acumulada	(473)
Valor contábil	1.407
Em 31 de dezembro de 2023	
Saldo inicial	1.407
Custo	
Adições	82
Amortização	
Adições	(389)
Valor contábil	1.100
Em 31 de dezembro de 2023	
Custo	1.962
Amortização acumulada	(862)
Valor contábil	1.100

9. Contas a pagar estabelecimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas	29.128	42.189
Contas a pagar estabelecimentos comerciais	23.226	3.506
	52.354	45.695

10. Obrigações por Empréstimos

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos (a)	1.151	1.736
	1.151	1.736

(a) Trata-se de empréstimos com bancos de primeira linha com taxa de 1,80% a.m. em 31/12/2023, com vencimento em maio de 2024, e 1,52% a.m. em 31/12/2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

A movimentação do empréstimo é como se segue:

Movimentação dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 1º de janeiro	-
Captação	2.042
Juros	307
Pagamento de juros	(159)
Pagamento de principal	(454)
Saldo final	1.736

Em 31 de dezembro de 2023

Saldo inicial	1.736
Captação	375
Juros	177
Pagamento de juros	(263)
Pagamento de principal	(874)
Saldo final	1.151

11. Obrigações com FIDC

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Antecipação FIDC (a)	117.098	188.040
	117.098	188.040

- (a) Refere-se as obrigações com o FIDC TMAQ 2.1 decorrente da sua atuação nas antecipações realizadas junto aos clientes da Adquirente. As obrigações possuem vencimento no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

12. Tributos e contribuições sociais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
INSS	128	118
FGTS	53	15
ISS	70	53
IRRF	77	61
Pis, Cofins e CSLL	99	56
PIS	112	56
COFINS	627	304
IOF	184	-
IRPJ	184	-
CSLL	69	-
Parcelamento de tributos federais	1.205	-
	<u>2.808</u>	<u>663</u>

13. Outros passivos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de férias e encargos	88	151
Fornecedores	3.464	1.243
Partes relacionadas	-	4.487
Outros (*)	1.990	122
	<u>5.542</u>	<u>6.003</u>

(*) Refere-se a contrato de serviços compartilhados (repasso de despesa com pessoal) firmado entre a Companhia e a parte relacionada Esfera 5.

14. Contingências

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão cível	50	-
	<u>50</u>	<u>-</u>

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 116 (R\$ 290 em 31 de dezembro de 2022). A classificação de um risco possível diz respeito a processos que ainda não possuem decisão em 1ª Instância, ou seja, que ainda estão aguardando decisão, pois possuem chance de condenação. Em sua maioria essas causas estão relacionadas no qual a Companhia realizou venda por link de pagamento e os portadores dos cartões que ocorreram a venda solicitaram chargeback. Não temos processos trabalhistas ou fiscais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

15. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social é de R\$ 21.929, totalmente subscrito e integralizado e representado por 21.929.153 ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Acqio Holding Financeira Ltda.	21.929.152	21.929.152
Acqio Holding Participações S.A.	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>21.929.153</u>	<u>21.929.153</u>

b) Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- i. A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social;
- ii. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e
- iii. O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela assembleia de acionistas.

16. Receita operacional

	<u>2º Sem.2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de transações de pagamento	8.674	15.524	12.892
Impostos	<u>(966)</u>	<u>(1.737)</u>	<u>(1.451)</u>
	<u>7.708</u>	<u>13.787</u>	<u>11.441</u>
Receita de antecipação	12.301	25.336	38.573
Impostos	<u>(703)</u>	<u>(1.322)</u>	<u>(1.804)</u>
	<u>11.598</u>	<u>24.014</u>	<u>36.769</u>
Total da receita líquida	<u>19.306</u>	<u>37.801</u>	<u>48.210</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

17. Custo dos serviços prestados

	2º Sem.2023	31/12/2023	31/12/2022
Custo de bandeira	(3.810)	(7.782)	(9.084)
Custo de antecipação	(7)	(7)	-
	(3.817)	(7.789)	(9.084)

18. Despesas de pessoal

	2º Sem.2023	31/12/2023	31/12/2022
Salários	(3.163)	(4.858)	(1.207)
Encargos	(112)	(331)	(497)
Benefícios	(100)	(211)	(191)
	(3.375)	(5.400)	(1.895)

19. Despesas administrativas

	2º Sem.2023	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados pessoa jurídica	(939)	(1.777)	(1.706)
Mensalidade de software	(130)	(175)	(17)
Taxas e licenças	(264)	(463)	(583)
Despesas com bandeiras	(1.228)	(2.023)	(1.206)
Provisões / (reversões)	-	239	-
Despesas compartilhadas	(796)	(927)	(754)
Outros	-	(1)	(396)
	(3.357)	(5.127)	(4.662)

20. Depreciação e amortização

	2º Sem.2023	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação imobilizado de uso	(1)	(2)	(2)
Amortização intangível	(197)	(390)	(346)
	(198)	(392)	(348)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

21. Resultado financeiro

	2º Sem.2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações	42	121	23
Variação cambial ativa	110	173	208
Juros sobre mútuo	2.671	2.799	-
Total das receitas financeiras	2.823	3.093	231
Juros passivos	(153)	(316)	(316)
Variação cambial passiva	(168)	(392)	(189)
Juros sobre mútuo	-	(232)	(81)
Juros FIDC	(8.601)	(19.075)	(38.400)
Tarifas	(663)	(1.230)	(802)
IOF	(435)	(588)	(8)
Total das despesas financeiras	(10.020)	(21.833)	(39.796)

22. Imposto de renda e contribuição social

	2023			
	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.
LAIR	(728)	(277)	1.193	472
Adições	72	72	109	36
Provisão auditoria	72	72	109	36
Lucro antes das compensações	(656)	(205)	1.302	508
Compensações (prejuízo fiscal/base negativa)	-	-	(390)	(153)
Base Lucro Real	(656)	(205)	912	355
IRPJ 15%	-	-	137	53
Base para o Adicional	-	-	852	295
IRPJ Adicional 10%	-	-	85	30
IRPJ Total	-	-	222	83
CSLL 9%	-	-	82	32

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

	2022			
	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.
LAIR	3.584	(626)	(7.114)	(2.057)
Adições	-	3	-	-
Despesas Indedutíveis	-	3	-	-
Exclusões	(119)	-	-	-
Estorno provisão serviços bandeira	(119)	-	-	-
Lucro antes das compensações	3.465	(623)	(7.114)	(2.057)
Compensações (prejuízo fiscal/base negativa)	(1.040)	-	-	-
Base Lucro Real	2.425	(623)	(7.114)	(2.057)
IRPJ 15%	364	-	-	-
Base para o Adicional	2.365	-	-	-
IRPJ Adicional 10%	237	-	-	-
IRPJ Total	600	-	-	-
CSLL 9%	218	-	-	-

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 20.381 em 2023 e R\$ 20.064 em 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não constituiu tributo diferido ativo sobre o saldo.

23. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, transações a receber dos emissores, fornecedores e empréstimos. Em 31 de dezembro de 2023, considerando que as posições são primordialmente de curto prazo, não há materialidade em termos de desconto de valor no tempo à ser aplicado sobre os respectivos saldos.

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, partes relacionadas, fornecedores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

A administração supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

b) Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

c) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

A Companhia gerencia seu capital social levando em consideração os níveis exigidos pela Res. BCB 198/2022 e que o seu patrimônio de referência de instituição de pagamento (PRip) está enquadrado nos requisitos de referida norma.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

Nas operações de adquirência, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Acqio dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

por eles emitidos, e a Acqio, por sua vez, possui a obrigação de efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Caso os bancos emissores dos cartões descumpram as suas obrigações financeiras junto à Acqio devido a quaisquer motivos, a Acqio continua obrigada a realizar os pagamentos mencionados aos estabelecimentos comerciais credenciados. O nível de risco ao qual a Acqio está exposta depende dos volumes transacionados por emissor

Os clientes da Acqio devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de: (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial; ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

Risco de fraude

A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco operacional

O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a “Qualidade e Confiabilidade” dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as “Regras de Negócios”, forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão.

É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado.

24. Transações com partes relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo		
Contas a receber Esfera 5 (a)	4.365	-
	<u>4.365</u>	<u>-</u>
Passivo		
Contas a pagar Esfera 5 (b)	29.128	42.189
Acqio Holding S.A. (c)	-	4.487
Obrigações FIDC (d)	117.098	188.040
	<u>146.226</u>	<u>234.716</u>
Receita		
Receita com transações de pagamento (e)	7.875	11.441
Receita de antecipação (e)	16.176	36.769
Juros sobre operações de mútuo	2.799	-
	<u>26.850</u>	<u>48.210</u>
Despesa		
Juros sobre operações de mútuo	(232)	(81)
Juros FIDC	(19.075)	(38.400)
	<u>(19.307)</u>	<u>(38.481)</u>

(a) Refere-se à contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A., nota 7.

(b) Refere-se ao saldo a pagar à Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A., pelas operações de aquisição, apresentado na nota 9.

(c) Refere-se à contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Acqio Holding S.A., nota 13.

(d) Refere-se às antecipações junto ao FIDC, onde a Companhia atua como representante dos cedentes e agente de liquidação, apresentado na nota 11.

(e) Refere-se à receita de serviços de aquisição e antecipação apuradas até o 2º semestre de 2023, onde a Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos atuava como subadquirente.

(f) Refere-se à contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A.

25. Eventos subsequentes

No dia 14 de março de 2024, o Banco Central do Brasil enviou o ofício nº 5448/24 para acqio, onde foi solicitado esclarecimentos devido a ocorrência de descumprimento do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamentos (PRip) de conglomerado Tipo 2, de acordo com os termos da Resolução BCB nº 197 e 198.

A Companhia, com apoio de consultoria especializada, revisou, corrigiu e substituiu os Cadocs de Jul-23 à Fev-24 e recalculou o Patrimônio de Referência e o Plano de Capital até Dez-2025. Em Abril de 2024, submeteu pedido de capitalização de R\$ 5 M, reenquadrando-se aos limites requeridos e cobrindo a necessidade de capital, conforme demonstrado no novo plano.

João Luiz Jardim Sanches
Diretor Financeiro

Paulo Rogério Silva
Gerente Contábil e Fiscal
TC CRC 1SP238502/O-9